

Termo de Referência 48/2025

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
48/2025	154044-FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL/AC	SUZANA RODRIGUES DE SOUZA FEITOSA	30/05/2025 13:19 (v 3.0)
Status	ASSINADO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens permanentes		23107.022003/2024-97

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Aquisição de equipamentos para os Laboratórios de Desenho Técnico e Topografia do Curso de Engenharia Civil, na modalidade Pregão Eletrônico - Sistema de Registro de Preços (SRP), nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

1.1.1. A escolha pelo Sistema de Registro de Preços justifica-se com base na previsão de entregas parceladas e na necessidade de garantir flexibilidade e eficiência nas aquisições, conforme disposto no art. 6º, inciso XXII, e no art. 84 da Lei nº 14.133/2021.

1.1.2. Adicionalmente, a adoção do SRP fundamenta-se nas seguintes condições:

- Art. 82, §5º, da Lei nº 14.133/2021: A possibilidade de contratações futuras e a incerteza quanto aos quantitativos exatos a serem demandados ao longo da vigência da ata;
- Art. 40, inciso II, da Lei nº 14.133/2021: A conveniência de entregas fracionadas, de acordo com a necessidade da Administração, mitigando a necessidade de estoque.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Estação Total, homologada pela Anatel, de Topografia com fios estadimétricos, completa, tripé, prisma, taqueômetro eletrônico, e acessórios. (MODELO DE REFERÊNCIA: LEICA TS01). Especificações aproximadas. Precisão angular de 5" (cinco segundos) ou melhor; Possuir resolução de display igual ou melhor que 1" (0,1mgon); Precisão linear igual ou melhor que 2mm + 2ppm com uso de prisma; Precisão linear igual ou melhor que 5mm +	460125	Unid.	02	R\$ 41.798,75	R\$ 83.597,50

<p>3ppm sem prisma (no alcance máximo sem prisma do produto ofertado); Possuir alcance com prisma ≥ 2.000 m e sem prisma ≥ 250 metros; Possuir tempo de medição igual ou mais rápido que 1,0 seg (um segundo); Possuir nível de sensibilidade circular ou longitudinal de 2' /2mm ou melhor; Telescópio com aumento ≥ 25 x (vinte e cinco vezes); Telescópio com fios estadimétricos superior, inferior, médio e fio vertical; Campo de visão $\geq 1^{\circ}30'$ (um grau e trinta minutos); Possuir iluminação de retículo ajustável; Possuir duas telas/display com resolução ≥ 240 x 120 pixels; Possuir teclado com mínimo de 28 (vinte e oito) teclas funcionais e operacionais; Memória interna fixa e não removível ≥ 2Gb ou ≥ 50.000 pontos; Interface /comunicação mínima USB ou cartão de memória ou ainda Bluetooth. Não será aceito equipamento /produto que possui porta serial; Autonomia contínua de cada bateria de Lithium-ion (bateria da mesma marca /fabricante do taqueômetro) deve ser ≥ 16 (dezesesseis) horas;</p> <p>Equipamento deve possuir classificação de segurança do laser de acordo com IEC 60825-1 ou outra normativa reconhecida, nacional ou internacional; Intervalo de compensação igual ou melhor que $\pm 7'$ (sete minutos);</p> <p>Prumo laser com diâmetro do ponto laser igual ou menor que 2.5 mm em altura do instrumento até 1.5m e também deve possuir desvio da linha de prumo igual ou menor que 1.5mm em altura do instrumento até 1.5m;</p> <p>Possuir proteção contra pó e água igual ou melhor que IP55 de acordo com norma IEC 60529 ou outra normativa reconhecida, nacional ou internacional, para avaliação de proteção IP;</p> <p>Deve possuir software de transferência de dados compatível com a marca/fabricante do taqueômetro.</p>					
---	--	--	--	--	--

2	<p>Conjunto para Desenho Técnico. (Pranchetas com Bancos). Dimensões aproximadas:</p> <p>1. Pranchetas para Desenho Técnico. Dimensões: Altura de 100 cm, Largura de 100 cm, Comprimento de 80 cm, Espessura de 2 cm. Material: Madeira Requisitos: Inclinação ajustável</p> <p>2. Bancos para Prancheta de Desenho Técnico. Dimensões: Altura de 75 cm, Assento circular com aproximadamente 36 cm de diâmetro. Especificações: Bancos fixos. Material: Madeira com assento estofado.</p>	219545	Unid.	20	R\$ 2.327,73	R\$ 46.554,60
VALOR TOTAL ESTIMADO						R\$ 130.152,10

1.2. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

1.4. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados do(a) assinatura do contrato ou outro instrumento equivalente, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.5. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

1.6. No preço ofertado deverão estar incluídas todas as despesas que incidam ou venham a incidir no valor real de cada item, tais como frete, impostos, taxas, encargos, enfim, todos os custos diretos e indiretos necessários ao cumprimento do objeto ora licitado, inclusive os decorrentes de troca de produto dentro do prazo de garantia, caso necessário.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2024, conforme consta das informações básicas desse Termo de Referência.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.1.1. Que os bens sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR 15448-1 e 15448-2;

4.1.1.1. A empresa deverá apresentar material constituído e embalado com critérios socioambientais vigentes decorrentes da Lei nº 6.938/81 e regulamentos, com os respectivos registros e comprovações oficiais, além de atentar para as exigências da Política de Resíduos Sólidos.

4.1.2. Que sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial INMETRO, como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;

4.1.3. Que os bens devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento;

4.2. Além dos critérios de sustentabilidade inseridos acima, devem ser atendidos os que se baseiam no Decreto n.º 7.746, de 05 /06/2012, da Casa Civil, da Presidência da República.

Indicação de marcas ou modelos

4.3. Na presente contratação não será exigido a indicação de marca(s), visto que o bem a ser adquirido não é padronizado nesta lfe, e também não consta indicação no processo de marcas pré-aprovadas ou rejeitadas após análise e parecer em processo próprio.

Da exigência de amostra

4.4. A equipe de planejamento entende que não é necessária a apresentação/exigência de amostras para aquisição do referido objeto. Contudo, os licitantes classificados deverão apresentar catálogo a fim de comprovar a qualidade e compatibilidade do equipamento com o que se pretende adquirir.

Da exigência de carta de solidariedade

4.5. Não será exigida carta de solidariedade.

Subcontratação

4.6. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

4.7. Não haverá exigência da garantia da contratação dos art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões abaixo:

4.7.1. Conforme previsto no art. 96 da Lei nº 14.133/2021, a Administração pode exigir garantia contratual para assegurar o cumprimento das obrigações assumidas pelo contratado. Contudo, no presente certame, decidiu-se pela não exigência de garantia contratual, com base nos seguintes fundamentos:

- Natureza do Objeto da Contratação: A aquisição de equipamentos para os Laboratórios de Desenho Técnico e Topografia é caracterizada como compra de bens móveis de entrega única ou parcelada, sem a necessidade de execução de serviços complexos ou riscos significativos associados à prestação continuada. A entrega dos equipamentos será acompanhada de fiscalização técnica da Administração, garantindo a conformidade com as especificações.

Qualificação Técnica

4.8. Como exigência de qualificação técnica, opta-se, a fim de preservar o princípio da competitividade e eficiência da contratação, pela ausência de tais dispositivos, pois a Lei de licitações define quatro tipos de documentação para comprovar a qualificação técnica, para as quais apresentam-se justificativas da não exigência:

4.8.1. Registro ou inscrição na entidade profissional competente: não é possível restringir a concorrência, pois a licitação é para fornecimento de materiais comuns de mercado para pronta entrega. Quando necessários for a inscrição da ANVISA, essa exigência constará na descrição do próprio item;

4.8.2. Comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, e indicação das instalações e do aparelhamento e do pessoal técnico adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada um dos membros da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos: a exigência de atestado para fornecimento de materiais comuns de mercado para pronta entrega em quantidades fracionadas não é interessante por restringir a concorrência, ocasionando elevação de preços;

4.8.3. Comprovação, fornecida pelo órgão licitante, de que recebeu os documentos, e, quando exigido, de que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação: a participação na licitação já se configura conhecimento das condições do edital;

4.8.4. Prova de atendimento de requisitos previstos em lei especial, quando for o caso: não previsão de exigência legal para fornecimento de materiais para pronta entrega no ramo do objeto da licitação.

4.9. Portanto, para assegurar a plena execução do objeto desta contratação, será exigido atestado de capacidade técnica do licitante, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove a execução anterior de serviços ou fornecimentos similares ao objeto ora licitado. Tal exigência fundamenta-se no disposto na Lei nº 14.133 /2021, especialmente no art. 67, inciso II, e visa garantir que o contratado disponha de capacidade técnicooperacional ou técnico-profissional necessária para a adequada execução do contrato. Ressalta-se que o atestado solicitado será limitado ao essencial para comprovação da qualificação técnica, alinhado aos princípios da proporcionalidade, isonomia e competitividade, devendo conter informações claras e objetivas que demonstrem a experiência anterior no escopo pretendido. A ausência de comprovação ou a apresentação de documentação em desacordo com os requisitos do edital poderá implicar na inabilitação do licitante.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Entrega

5.1. O prazo de entrega dos bens é de 30 (trinta) dias, contados do recebimento da nota de empenho e/ou ordem de fornecimento, de forma parcelada.

5.1.1. O prazo de entrega poderá ser prorrogado, por igual período, a critério da Administração, desde que justificado por parte da contratada.

5.1.2. A ciência do ato para contar o prazo de entrega será considerada a data de confirmação da leitura do seu teor pelo destinatário. Na ausência da confirmação de leitura, será considerada válida a comunicação ao término do prazo de 02 (dois) dias úteis, contados a partir da data de seu envio.

5.1.3. O fornecimento/entrega deverá ser efetuado mediante nota de empenho e/ou ordem de fornecimento, referenciado na requisição e nota fiscal.

5.2. Os bens deverão ser entregues no seguinte endereço: Almoxarifado da Universidade Federal do Acre – UFAC (Campus Cruzeiro do Sul): Estrada do Canela Fina, Km 12, Gleba Formoso, Lote 245, Colônia São Francisco, CEP: 69.980-000, Cruzeiro do Sul - Acre, telefone (68) 3311-2500, ou em local que esta IFES venha a especificar, de segunda a sexta-feira no horário das 08:00h às 12:00h e das 14:00h às 17:00h.

Garantia, manutenção e assistência técnica

5.3. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), no que couber.

5.4. No caso de vícios ou de quaisquer outras irregularidades constatadas, a Administração fornecerá à Contratada relatório concernente a essas ocorrências, expondo seus motivos, a fim de que as mesmas sejam corrigidas.

5.5. Os materiais deverão ter garantia mínima de 12 (doze) meses a contar da data de entrega no órgão licitante.

5.5.1. A garantia prevista para o objeto diz respeito à solução de problemas no que tange as embalagens, bem com todo e qualquer defeito de fabricação apresentado e terá início da data de recebimento definitivo, sem ônus adicional para a contratante;

5.5.2. Os chamados relativos à garantia serão feitos pelo Contratante, por escrito por correio eletrônico, por telefone e ou pelos correios postais nacionais, obrigando-se a empresa Contratada atendê-la no prazo Máximo de 48 (quarenta e oito) horas e, caso tenha que substituir o produto, deverão trocá-los por outro de igual especificação em até 72 (setenta e duas) horas, em perfeitas condições de uso e sob as mesmas condições contratuais;

5.5.3. Os produtos que possuam prazo de validade somente serão recebidos com prazo máximo expirado de 25%, não sendo aceitos com prazo de validade remanescente inferior a 75%;

5.5.4. O período de garantia consiste na reparação, sem quaisquer ônus adicional para a Administração Pública, de eventuais desajustes, defeitos no funcionamento proveniente de fábrica, com as necessárias substituições de peças e componentes defeituosos, de acordo com os manuais e normas técnicas específicas;

5.5.5. Na substituição de materiais defeituosos, a reposição será por outro com especificações técnicas iguais, ou superiores, com aprovação prévia da Contratante, sem custo adicional para a Contratante.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Fiscalização

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

Fiscalização Técnica

6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.8. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.9. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.10. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.11. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.12. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

Fiscalização Administrativa

6.13. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.14. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

6.15. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

Gestor do Contrato

6.16. Cabe ao gestor do contrato:

6.16.1. coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.16.2. acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.16.3. acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.16.4. emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.16.5. tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.16.6. elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.16.7. enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

7.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

7.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

7.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

7.2.4. Multa:

7.2.4.1. Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de **0,5%** (zero vírgula cinco por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias

7.2.4.2. Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;

7.2.4.2.1. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

7.2.4.3. . Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de 10 (dez por cento) do valor da contratação.

7.2.4.4. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de 10 (dez por cento) do valor da contratação.

7.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

7.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

7.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

7.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

7.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

7.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

7.8.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

7.8.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

7.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

7.9.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

7.9.2. as peculiaridades do caso concreto;

7.9.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

7.9.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e

7.9.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

7.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

7.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

7.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

7.12.1. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

7.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento

8.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

8.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

8.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 10 (dez) dias úteis.

8.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

8.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

8.7. O prazo para a solução, pelo Contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

8.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

8.9. As atividades de montagem, instalação e quaisquer outras necessárias para o funcionamento ou uso do bem correrão por conta do Contratado e são condição para o recebimento do objeto.

Liquidação

8.10. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

8.11. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.12. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

8.12.1. o prazo de validade;

8.12.2. a data da emissão;

8.12.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

8.12.4. o período respectivo de execução do contrato;

8.12.5. o valor a pagar; e

8.12.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.13. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante;

8.14. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.15. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

8.15.1 verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;

8.15.2. identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

8.16. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

8.17. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.18. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

8.19. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

8.20. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

8.21. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) de correção monetária.

Forma de pagamento

8.22. pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

8.23. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.24. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.25. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8.26. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Cessão de Crédito

8.27. As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do Contratante.

8.27.1. A eficácia da cessão de crédito, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

8.27.2. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

8.27.3. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

8.27.4. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.

8.28. O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regidas.

Reajuste

8.29. Os preços inicialmente contratados são fixos e irredutíveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 08/11/2024.

8.30. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do índice IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

8.31. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

8.32. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

8.33. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

8.34. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

8.35. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

8.47. O reajuste será realizado por apostilamento.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

Forma de fornecimento

9.2. O fornecimento do objeto será parcelado.

Crítérios de aceitabilidade de preços

9.3. Em se tratando de contratação para registro de preços, caso adotado o critério de julgamento de menor preço, o critério de aceitabilidade de preços unitários máximos será:

9.3.1. Valores unitários: conforme tabela constante no item 1.1 deste Termo de Referência.

Exigências de habilitação

9.4. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

9.5. pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

9.6. empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.7. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.8. sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.9. sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;

9.10. sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.11. filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

9.12. sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

9.13. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

9.14. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.15. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

9.16. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.17. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.18. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.19. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.20. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.21. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

9.22. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação /contratação, ou de sociedade simples;

9.23. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;

9.24. balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos dois últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, comprovando, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), obtidos por meio da aplicação das seguintes fórmulas:

Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo

LG =

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante + Passivo Não Circulante}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

9.25. Caso a empresa interessada apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação patrimônio líquido mínimo de 5% [até 10%] do *valor total estimado da contratação*.

9.26. Os indicadores fixados acima deverão ser atingidos em cada um dos dois últimos exercícios sociais, sob pena de inabilitação;

9.27. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

9.28. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

9.29. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação/contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

9.30. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

Qualificação Técnica

9.31. Registro ou inscrição da empresa na entidade profissional competente em plena validade;

9.31.1. Sociedades empresárias estrangeiras atenderão à exigência por meio da apresentação, no momento da assinatura do contrato ou do aceite de instrumento equivalente, da solicitação de registro perante a entidade profissional competente no Brasil.

9.32. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à do objeto desta contratação, ou do item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

9.32.1. Serão admitidos, para fins de comprovação de quantitativo mínimo exigido, a apresentação e o somatório de diferentes atestados relativos a contratos executados de forma concomitante.

9.32.2. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

9.32.3. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do Contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

Disposições gerais sobre habilitação

9.33. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.34. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.35. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.36. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.37. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. O custo estimado total da contratação, que corresponde ao valor máximo aceitável, é de R\$ 130.152,10 (cento e trinta mil, cento e cinquenta e dois reais e dez centavos), conforme custos unitários apostos na tabela contida no item 1.1 acima.

10.2. A estimativa de custo levou em consideração o risco envolvido na contratação e sua alocação entre Contratante e Contratado, conforme especificado na matriz de risco constante do Contrato.

10.3. Em caso de Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

10.3.1. em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

10.3.2. em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

10.3.3. serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; ou

10.3.4. poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

11.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

12. DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas:

12.1.1. De acordo com o art. 10 da Instrução Normativa Seges/Me nº 81, de 25 de novembro de 2022, e em conformidade com a Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, não constam no Estudo Técnico Preliminar, ou no Termo de Referência, informações de caráter sigiloso que possam impedir sua publicação.

12.2. Modelo de minuta utilizado: Termo de Referência Compras Lei 14.133 (abril/2025). Disponível em: <https://www.gov.br/agu/pt-br/composicao/cgu/cgu/modelos/licitacoescontratos/14133/pregao-e-concorrenca>.

Rio Branco - Acre, 30 de maio de 2025.

Identificação e assinatura do servidor (ou equipe) responsável

13. ANEXO I Regras aplicáveis ao instrumento substitutivo ao contrato

(TEXTO EXCLUÍDO)

14. ANEXO II TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA

Por meio deste instrumento, (*identificar o Contratado*) declara que está ciente e concorda com as disposições e obrigações previstas no *Edital **OU** Aviso de Contratação Direta*, no Termo de Referência e nos demais anexos a que se refere o *Pregão/Concorrência/Dispensa Eletrônica* nº...../20....., bem como que se responsabiliza, sob as penas da Lei, pela veracidade e legitimidade das informações e documentos apresentados durante o processo de contratação.

Local-UF, de de 20.... .

(Nome e Cargo do Representante Legal)

15. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

MACILON ARAUJO COSTA NETO

Requisitante

WANDERLEY ARAUJO DE CASTRO JUNIOR

Integrante Requisitante

ALTINO FARIAS DE MORAIS

Integrante Administrativo



Assinou eletronicamente em 30/05/2025 às 13:19:10.

Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - ETP 107-2024.pdf (127.94 KB)

Estudo Técnico Preliminar 107/2024

1. Informações Básicas

Número do processo: 23107.022003/2024-97

2. Do Objeto

2.1 O objeto para a contratação é a **aquisição de equipamentos especializados para os Laboratórios de Desenho Técnico e Topografia** do Curso de Engenharia Civil da Universidade Federal do Acre (UFAC). Estes equipamentos visam a modernização e ampliação da infraestrutura para atender às demandas curriculares dos cursos de Engenharia Civil, Engenharia Florestal, Engenharia Agrônômica, Engenharia Elétrica e Geografia.

3. Descrição da necessidade

3.1A **necessidade de contratação** decorre da urgência em atualizar e aprimorar a infraestrutura dos Laboratórios de Desenho Técnico e Topografia da Universidade Federal do Acre (UFAC), visando atender com qualidade as disciplinas práticas e curriculares dos cursos de Engenharia Civil, Engenharia Florestal, Engenharia Agrônômica, Engenharia Elétrica e Geografia. Atualmente, o único Laboratório de Topografia disponível está sobrecarregado, sendo utilizado por cerca de trezentos discentes anualmente em disciplinas essenciais que exigem equipamentos modernos e de alta precisão para garantir a formação técnica adequada.

3.2 Além disso, o Laboratório de Desenho Técnico, fundamental para disciplinas do primeiro período dos cursos mencionados, dispõe de apenas vinte pranchetas e trinta banquetas, limitando a capacidade e obrigando os alunos a realizarem atividades em grupos que comprometem a qualidade do aprendizado e a experiência individual de manuseio de técnicas de desenho. A precariedade dos equipamentos e mobiliários tem gerado impactos negativos na formação dos estudantes, reduzindo a eficiência das atividades didáticas e laboratoriais.

3.3 A contratação dos novos equipamentos é essencial para:

3.3.1 Garantir o suporte adequado às disciplinas e a melhoria na qualidade das práticas acadêmicas.

3.3.2 Aumentar a capacidade e eficiência dos laboratórios, possibilitando um ambiente de aprendizado mais inclusivo e alinhado com as exigências profissionais.

3.3.3 Atender também demandas externas de parceiros institucionais, como o Instituto Federal do Acre (IFAC), além de suportar atividades internas da UFAC, como levantamento topográfico para projetos no campus.

3.4 A aquisição, portanto, é fundamental para assegurar uma formação acadêmica sólida, atender às exigências curriculares e fortalecer a infraestrutura da UFAC em conformidade com os objetivos institucionais de desenvolvimento e expansão da sua capacidade operacional e educacional.

4. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Centro de Ciências Exatas e Tecnológicas	Macilon Araújo Costa Neto
Centro de Ciências Exatas e Tecnológicas	Wanderley Araújo de Castro Júnior

5. Descrição dos Requisitos da Contratação

5.1 A **Descrição dos Requisitos da Contratação** conforme a Lei Nº 14.133/2021 para o Estudo Técnico Preliminar (ETP) da aquisição de equipamentos para os Laboratórios de Desenho Técnico e Topografia da UFAC inclui os seguintes pontos essenciais:

1. Especificações Técnicas dos Equipamentos:

- **Estação Total de Topografia:** O equipamento deve ser completo e incluir fios estadimétricos, tripé, prisma, taqueômetro eletrônico e acessórios. Exige-se uma precisão angular de 5 segundos ou melhor, alcance de medição com prisma de no mínimo 2.000 metros e 250 metros sem prisma, além de bateria de longa duração (22 horas ou mais) e proteção IP55 contra poeira e água. O modelo sugerido é Leica TS01, ou equivalente.
- **Pranchetas para Desenho Técnico:** Devem possuir dimensões de 100 cm x 80 cm, com espessura de 2 cm, em madeira resistente, e a inclinação ajustável para assegurar ergonomia e conforto durante o uso.
- **Bancos para Pranchetas de Desenho Técnico:** Devem ter 75 cm de altura, com assento circular estofado de 36 cm de diâmetro, estrutura fixa e resistente em madeira, visando compatibilidade com as pranchetas adquiridas.

2. Compatibilidade e Usabilidade:

- Os itens devem ser compatíveis entre si, especialmente as pranchetas e os bancos, para proporcionar conforto e ergonomia aos alunos durante as aulas práticas de desenho.
- A Estação Total de Topografia deve ser compatível com softwares de transferência de dados, para facilitar o uso didático e técnico em levantamentos e medições.

3. Resistência e Durabilidade:

- Todos os itens devem ser confeccionados com materiais que garantam longa vida útil, considerando o alto uso e as condições de armazenamento e transporte, no caso da Estação Total.
- A Estação Total deve estar em conformidade com normas de segurança (IEC 60825-1 para laser e IEC 60529 para proteção IP), assegurando proteção contra poeira e água e segurança para os usuários.

4. Objetivos de Uso e Capacitação:

- Os equipamentos devem permitir o desenvolvimento das disciplinas curriculares dos cursos de engenharia e geografia, sendo de fácil manuseio para facilitar o treinamento e desenvolvimento dos discentes.
- Caso necessário, a contratada deverá fornecer instruções para o uso seguro e efetivo dos equipamentos, incluindo capacitação inicial para docentes e técnicos do laboratório.

5. Garantia e Assistência Técnica:

- Exige-se que os equipamentos tenham garantia mínima de 12 meses, incluindo assistência técnica e reposição de peças.

5.1 Critérios de Sustentabilidade

5.1.1 E atendimento ao artigo 5º e seus incisos da Instrução Normativa nº 1/2010 da SLTI/MPOG, quando da aquisição de bens, recomenda-se que o licitante, fabricante e/ou fornecedor atenda aos seguintes critérios de sustentabilidade ambiental, no que couber:

5.1.1.1 Que os bens sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR – 15448-1 e 15448-2;

5.1.1.2. Que sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;

5.1.1.3 Que os bens devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis e/ou sejam recicláveis, para garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento;

5.2 Indicação de marcas ou modelos:

5.2.1 Na presente contratação não será exigido a indicação de marca(s), visto que o bem a ser adquirido não é padronizado nesta lfe. Contudo consta indicação no processo de marcas sugeridas.

5.3 Subcontratação

5.3.1 Não é admitida a subcontratação do objeto contratual

5.4 Garantia da contratação

5.4.1 Não haverá exigência de garantia de execução para a presente contratação, visto que se trata de bens de pronta entrega.

5.4.2 A garantia consiste na prestação pela empresa, de todas as obrigações previstas na Lei nº. 8.078, de 11/09 /1990 – Código de Defesa do Consumidor - e alterações subsequentes;

5.4.3 A empresa fornecedora dos bens será responsável pela substituição, troca ou reposição dos materiais porventura entregues com defeito, danificados, ou não compatíveis com as especificações do Termo.

5.4.4 Na substituição de materiais defeituosos, a reposição será por outro com especificações técnicas iguais, ou superiores, com aprovação prévia da Contratante, sem custo adicional para a Contratante.

5.4.5 O equipamento deverá ter a garantia mínima de 12 (doze) meses assegurada pelo fabricante, devendo sobretudo obedecer à descrição técnica.

5.5 Qualificação Técnica

5.5.1 O fornecedor deve comprovar experiência prévia em fornecimento de equipamentos similares, especialmente em Estações Totais de Topografia e mobiliário técnico (pranchetas e bancos para desenho).

5.5.2 É necessário apresentar atestados de capacidade técnica emitidos por entidades públicas ou privadas que comprovem a entrega e instalação (quando aplicável) de equipamentos de especificações similares ou superiores aos itens requisitados.

5.6 Catálogo Eletrônico de Padronização

5.6.1 Os bens não constam no referido catálogo.

5.7 Bens de Luxo

5.7.1 Certificamos que o objeto não se enquadra como bens de luxo, para fins de cumprimento do Decreto 10.818 /2021.4.5 Bens de natureza comum

5.7.1 Certificamos que os bens objeto deste estudo se enquadram como bens comuns, que são aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado, conforme inciso XIII, Art. 6 da Lei n.º 14.133/21

5.8 Esses requisitos visam assegurar que os equipamentos atenderão de forma plena e eficiente as necessidades dos laboratórios, proporcionando suporte de qualidade às atividades acadêmicas e contribuindo para a formação prática dos estudantes em um ambiente funcional e tecnicamente adequado.

6. Levantamento de Mercado

6.1. Diante das necessidades apontadas neste estudo, o atendimento à solução exige a contratação de empresa especializada cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto pretendido.

6.2. Foram analisadas contratações similares feitas por outros órgãos e entidades, por meio de consultas a outros editais, com objetivo de identificar a existência de novas metodologias, tecnologias ou inovações que melhor atendessem às necessidades da Administração. Não se observou maiores variações quanto à execução do objeto no que se refere ao papel da empresa a qual se pretende contratar. Assim, a variação se dá pela modalidade de licitação aplicada a cada caso, a depender da permissibilidade normativa:

Solução 1 - Adesão a uma Ata Vigente: Não foi identificada ata vigente para adesão que atenda integralmente o fornecimento dos materiais a serem adquiridos, conforme necessidade específica da UFAC. Mas a Pesquisa pode ser retomada e tentar identificar vantagem na solução.

Solução 2 - Pregão Eletrônico: Considerando os prazos e o valor estimado da contratação, o pregão seria a melhor alternativa para a presente contratação;

Solução 3 - Dispensa de Licitação: Com base no levantamento prévio de valor, R\$ 130.152,10, Este valor não enquadra-se dentro do limite permitido para dispensa de licitação conforme o Art. 75, Inciso II, da Lei 14.133/2021, que permite a contratação direta por dispensa para compras e serviços, sendo assim, esta não seria a melhor alternativa para a presente contratação.

6.3. Logo, a aquisição dos materiais objeto do presente Estudo Técnico Preliminar se constitui, no atual cenário, em objeto de frequente aquisição por órgãos públicos, em todas as suas esferas. Sendo assim, verifica-se a ampla disponibilidade de empresas aptas ao fornecimento dos materiais a serem adquiridos, conforme os requisitos estabelecidos neste documento.

6.3.1 Enquadramento na Lei nº 14.133/2021: A contratação se enquadra na hipótese prevista no art. 40, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, que permite a utilização do SRP para a aquisição de bens ou a contratação de serviços para entrega ou execução de forma parcelada ou contínua, em conformidade com as condições previstas no art. 82, § 5º, da mesma Lei.

6.3.2 Adequação ao Objeto: A aquisição atende às condições previstas no art. 82, § 5º, da Lei nº 14.133/2021, pois se trata de um bem de natureza comum, cuja demanda é previsível e cuja contratação por meio tanto do SRP quanto da Dispensa, apresenta vantagens em termos de agilidade, economia e flexibilidade.

7. Descrição da solução como um todo

7.1 A contratação visa à **aquisição de equipamentos para os Laboratórios de Desenho Técnico e Topografia** da Universidade Federal do Acre (UFAC), especificamente voltados ao atendimento das necessidades curriculares dos cursos de Engenharia Civil, Engenharia Florestal, Engenharia Agrônômica, Engenharia Elétrica e Geografia. Os equipamentos incluem uma Estação Total de Topografia, pranchetas e bancos de desenho técnico, os quais serão utilizados em disciplinas práticas e essenciais para a formação dos estudantes. A solução proposta envolve a entrega dos equipamentos de forma parcelada, permitindo que a instituição gerencie o recebimento conforme o cronograma acadêmico e financeiro.

8. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

8.1 A **Estimativa das Quantidades a serem Contratadas** para os Laboratórios de Desenho Técnico e Topografia da UFAC foi definida considerando as necessidades específicas de uso dos cursos de Engenharia Civil, Engenharia Florestal, Engenharia Agrônômica, Engenharia Elétrica e Geografia. Estes itens visam atender ao volume de alunos e à carga prática das disciplinas que fazem uso dos laboratórios. Abaixo, as quantidades estimadas para cada item:

1. Estação Total de Topografia com fios estadimétricos, completa com tripé, prisma, taqueômetro eletrônico e acessórios:

- **Quantidade estimada:** 2 kits
- **Justificativa:** Esta quantidade atende à demanda de disciplinas práticas nos cursos de engenharia e geografia, permitindo o uso simultâneo de duas turmas ou grupos para realização de levantamentos topográficos e medições de campo. Com o aumento no número de discentes e a utilização contínua do equipamento, a quantidade estimada é necessária para suportar a carga de uso intensivo e permitir a rotação dos estudantes nos laboratórios.

2. Pranchetas para Desenho Técnico:

- **Quantidade estimada:** 20 unidades
- Justificativa: As pranchetas são essenciais para as disciplinas de desenho técnico ofertadas nos cursos de engenharia e requerem um número suficiente para que cada aluno possa realizar suas atividades de forma individual e ergonomicamente adequada. Essa quantidade considera tanto a demanda inicial dos alunos ingressantes quanto o uso compartilhado por alunos de outros períodos que precisem cumprir atividades práticas.

3. Bancos para Prancheta de Desenho Técnico:

- **Quantidade estimada:** 20 unidades
- Justificativa: Para complementar o uso das pranchetas, os bancos são necessários em quantidade correspondente para assegurar a ergonomia e conforto durante o uso das pranchetas pelos estudantes. A quantidade estimada permitirá o uso individual das pranchetas, atendendo a turmas completas sem necessidade de revezamento que possa comprometer a qualidade das aulas.

Essas quantidades foram estimadas com base no uso projetado dos laboratórios e nas condições operacionais dos cursos atendidos, considerando a utilização continuada e a necessidade de manter os equipamentos em condições adequadas para as práticas acadêmicas durante todo o período letivo.

9. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 130.152,10

8.1 Segundo o Plano Anual de Contratações para o corrente ano, a estimativa de preços da contratação é no valor de R\$ 130.152,10 com reflexo para o orçamento de 2024;

8.2 Os valores aqui citados podem sofrer alterações quando do levantamento de preços, que poderá ser realizada conforme a Instrução Normativa Nº 65 de 07 de julho de 2021, observados os critérios nela estabelecidos.

10. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

10.1 O inciso II do § 2º do art. 40 da Lei 14.133/2021 exprime a necessidade do parcelamento para proporcionar competitividade às empresas que compõem o mercado e economicidade à Administração Pública que ampliará as possibilidades de contratar com melhor qualidade e menor preço, permitindo, com isso, a participação de um número maior de empresas.

II - o aproveitamento das peculiaridades do mercado local, com vistas à economicidade, sempre que possível, desde que atendidos os parâmetros de qualidade;

9.2 Como regra geral, devemos seguir o princípio do parcelamento, quando for tecnicamente viável e economicamente vantajoso (Art. 40, V, b) A esse respeito, o Tribunal de Contas da União editou a Súmula n. 247, transcrita a seguir:

"É obrigatória a admissão da adjudicação por item e não por preço global, nos editais das licitações para a contratação de obras, serviços, compras e alienações, cujo objeto seja divisível, desde que não haja prejuízo para o conjunto ou complexo ou perda de economia de escala, tendo em vista o objetivo de propiciar a ampla participação de licitantes que, embora não dispondo de capacidade para a execução, fornecimento ou aquisição da totalidade do objeto, possam fazê-lo com relação a itens ou unidades autônomas, devendo as exigências de habilitação adequar-se a essa divisibilidade."

9.3 A divisibilidade é pressuposto técnico do parcelamento, sendo o aspecto econômico representado pelas vantagens obtidas com a divisão do objeto em itens, cuja economicidade é proporcionada pela redução de custos e despesas para a Administração contratante.

9.4 Esta contratação foi dividida em ITENS.

11. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

11.1 Não se faz necessária a realização de demais contratações correlatas e ou interdependentes ao objeto pretendido, nem há pretensão de realizar contratações futuras para que o objetivo desta contratação seja atingido, razão pela qual este item não será considerado no planejamento.

11.2 Para o objeto descrito, **não estão previstas contratações correlatas e/ou interdependentes**. A aquisição dos equipamentos para os Laboratórios de Desenho Técnico e Topografia compreende itens específicos e completos, cuja utilização atende de forma autônoma às necessidades acadêmicas dos cursos de engenharia e geografia da UFAC.

11.3 Cada item contratado — a Estação Total de Topografia, pranchetas e bancos para desenho técnico — é individualmente capaz de cumprir suas funções dentro do contexto acadêmico, sem necessidade de integração com outros equipamentos ou serviços adicionais de outras contratações. Assim, a aquisição atende de maneira independente aos objetivos estabelecidos, sem a exigência de contratações complementares para que os itens funcionem ou sejam utilizados plenamente.

12. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

12.1 O **alinhamento entre a contratação e o planejamento financeiro e estratégico da UFAC** está fundamentado na necessidade de fortalecer a infraestrutura acadêmica e promover a qualidade da formação dos estudantes, em conformidade com os objetivos institucionais da Universidade Federal do Acre.

1. Planejamento Estratégico:

- A aquisição dos equipamentos para os Laboratórios de Desenho Técnico e Topografia se alinha com os objetivos estratégicos da UFAC de **redimensionar e ampliar a infraestrutura física** para suportar o crescimento dos cursos de Engenharia Civil, Engenharia Florestal, Engenharia Agrônômica, Engenharia Elétrica e Geografia.
- A modernização e ampliação dos laboratórios acadêmicos atende às metas de melhoria da qualidade do ensino, proporcionando recursos que permitem o desenvolvimento de competências técnicas essenciais para a formação profissional dos estudantes.
- Esse investimento contribui diretamente para a meta de aprimorar a oferta de cursos técnicos e práticos, incentivando o desenvolvimento de habilidades práticas e aplicadas, essenciais para a integração dos estudantes no mercado de trabalho e para a realização de pesquisas que utilizem métodos atualizados e eficazes.

2. Planejamento Financeiro:

- A contratação foi planejada para ser realizada através do **Sistema de Registro de Preços (SRP)**, o que possibilita maior flexibilidade orçamentária, permitindo que a UFAC realize aquisições de forma parcelada, de acordo com a disponibilidade de recursos ao longo do exercício financeiro.
- Com a previsão orçamentária anual já contemplada para 2024, Documento de Formalização de Demanda (PCA) Material Permanente dos Lab.de Civil (SEI ID 1374376) e a utilização de recursos destinados à modernização de laboratórios e apoio à formação acadêmica, a UFAC assegura que esta contratação respeita o fluxo financeiro estabelecido, sem comprometer outras atividades e projetos da universidade.
- A entrega parcelada, permitida pelo SRP, também contribui para o gerenciamento eficiente do orçamento, garantindo que a universidade adquira os equipamentos na medida em que forem necessários e conforme a disponibilidade de verbas, reduzindo riscos de gastos não planejados.

12.2 Dessa forma, a contratação está em total consonância com os objetivos estratégicos e o planejamento financeiro da UFAC, consolidando-se como uma medida eficaz para a melhoria contínua da infraestrutura educacional e para o cumprimento da missão institucional de proporcionar ensino de qualidade e relevância acadêmica e profissional aos estudantes.

13. Benefícios a serem alcançados com a contratação

A contratação dos equipamentos para os Laboratórios de Desenho Técnico e Topografia da UFAC trará os seguintes benefícios:

1. Aprimoramento da Qualidade do Ensino Prático:

Com equipamentos modernos e adequados, os laboratórios poderão oferecer aos alunos uma experiência prática mais completa e alinhada com as exigências do mercado. O uso de uma Estação Total de Topografia e pranchetas ergonômicas permitirá aos estudantes desenvolver habilidades técnicas essenciais para as disciplinas de engenharia e geografia, melhorando sua formação e preparação para a atuação profissional.

1. Expansão da Capacidade de Atendimento dos Laboratórios:

A aquisição permitirá o atendimento simultâneo de mais alunos e turmas, evitando revezamentos e limitações de uso que prejudicam o aprendizado. Com um número adequado de pranchetas e bancos, as aulas poderão ocorrer de forma contínua e organizada, garantindo que cada aluno tenha acesso individual ao material necessário, o que otimiza o tempo e os recursos para as atividades acadêmicas.

1. Otimização dos Recursos Institucionais e Eficiência Operacional:

A contratação planejada, com entrega parcelada, possibilitará uma gestão mais eficaz dos recursos financeiros e de infraestrutura da UFAC. Esse modelo reduz a necessidade de armazenamento de equipamentos e facilita a adaptação dos laboratórios de forma progressiva, promovendo uma implementação gradual e alinhada ao calendário acadêmico e orçamentário, o que resulta em uma utilização mais eficiente do orçamento e da infraestrutura.

14. Providências a serem Adotadas

14.1 Consoante as características dos instrumentos a serem adquiridos, não há necessidade de providências adicionais para a plena utilização dos mesmos.

14.2 A entrega dos materiais deve ser feita nos dias e horários informados ao fornecedor quando enviado a nota de empenho por correio eletrônico, não podendo dispor de modo diverso sem prévia comunicação ao setor requisitante.

15. Possíveis Impactos Ambientais

15.1 Dada a natureza dos materiais que se pretende adquirir, não se preveem impactos ambientais relevantes durante a utilização dos equipamentos.

16. Da Essencialidade e do Interesse Público

16.1 Conforme o artigo 18 da Lei nº 14.133/2021, a aquisição de equipamentos para os Laboratórios de Desenho Técnico e Topografia da UFAC atende ao princípio da essencialidade e ao interesse público, fundamentando-se na necessidade de garantir condições adequadas para a formação prática dos estudantes dos cursos de Engenharia Civil, Engenharia Florestal, Engenharia Agrônoma, Engenharia Elétrica e Geografia. Esta contratação é essencial para promover o ensino qualificado e atender à missão institucional da UFAC de formar profissionais capacitados para atuar no mercado de trabalho e na sociedade, em áreas de importância estratégica para o desenvolvimento do Estado do Acre e da região Norte.

1. Essencialidade:

- A aquisição dos equipamentos é indispensável para a realização das atividades acadêmicas que exigem laboratórios com infraestrutura adequada. A Estação Total de Topografia, pranchetas e bancos de desenho técnico são fundamentais para o ensino prático e técnico, compondo a base

necessária para que os estudantes adquiram competências essenciais nas disciplinas que envolvem levantamento topográfico e desenho técnico. Esses equipamentos viabilizam o aprendizado de técnicas específicas que os alunos precisam dominar para se formar e atuar profissionalmente.

2. Interesse Público:

- A contratação atende ao interesse público ao contribuir diretamente para a formação de profissionais qualificados em engenharia e áreas correlatas, que, por sua vez, poderão atuar em projetos de infraestrutura, desenvolvimento agrário, gestão ambiental e outros setores vitais para a sociedade. Com laboratórios bem equipados, a UFAC oferece uma educação de qualidade que prepara os estudantes para responderem aos desafios locais e regionais, promovendo o desenvolvimento sustentável e o progresso social e econômico da região.
- Além disso, a melhoria na infraestrutura acadêmica fortalece a UFAC como instituição pública de ensino, reforçando seu papel de promotora do desenvolvimento humano e científico no Acre, o que está em consonância com o interesse público de ampliar o acesso à educação superior de qualidade e de relevância social.

17. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

17.1. Justificativa da Viabilidade

17.1 Diante da fundamentação exposta neste documento, esta equipe de planejamento declara viável esta contratação, consoante a INSTRUÇÃO NORMATIVA SEGES Nº 58, DE 8 DE AGOSTO DE 2022;

17.2 Os materiais a serem adquiridos, enquadrados como comuns, de acordo com a legislação vigente, podem ser licitados por meio da modalidade Pregão eletrônico e julgamento por Menor Preço. Assim, com o estímulo a ampla concorrência dos licitantes, a contratação será dividida em itens unitários.

18. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

MACILON ARAUJO COSTA NETO

Requisitante

WANDERLEY ARAUJO DE CASTRO JUNIOR

Integrante Requisitante

EVERTON FIDELIS DA SILVA

Integrante Administrativo



Assinou eletronicamente em 08/11/2024 às 14:22:43.